

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º 1149/2025

Programa do Procedimento

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA, INCLUINDO O
FORNECIMENTO DOS CONSUMÍVEIS NECESSÁRIOS À SUA EXECUÇÃO,
DOS EDIFÍCIOS DO CAMPUS DA NOVA FCT**

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Artigo 1.º	5
Identificação do Concurso	5
Artigo 2.º	5
Entidade Adjudicante	5
Artigo 3.º	6
Órgão que tomou a decisão de contratar	6
Artigo 4.º	6
Fases do Concurso	6
Artigo 5.º	6
Tipo de peças	6
Artigo 6.º	6
Esclarecimentos, retificação e alteração das peças	6
Artigo 7.º	8
Candidatos	8
Artigo 8.º	8
Concorrentes	8
Artigo 9.º	8
Agrupamentos	8
Artigo 10.º	9
Impedimentos	9
Artigo 11.º	9
Consulta do processo de concurso e condições de participação	9
Artigo 12.º	9
Modo de apresentação de documentos	9
Artigo 13.º	10
Classificação de documentos	10
Artigo 14.º	11
Idioma	11
Artigo 15.º	11
Júri	11
CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES DA QUALIFICAÇÃO	11
Artigo 16.º	11
Modelo de qualificação	11
Artigo 17.º	11
Requisitos mínimos de capacidade técnica	11

Artigo 18.º	12
Requisitos mínimos de capacidade financeira.....	12
Artigo 19.º	12
Documentos destinados à qualificação dos candidatos	12
Artigo 20.º	13
Documentos da candidatura	13
Artigo 21.º	13
Fixação do prazo para apresentação das candidaturas.....	13
Artigo 22.º	13
Análise e esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação dos candidatos	13
Artigo 23.º	14
Relatório preliminar da fase da qualificação	14
Artigo 24.º	14
Audiência prévia	14
Artigo 25.º	14
Relatório final da fase da qualificação.....	14
Artigo 26.º	14
Notificação da decisão de qualificação e envio de convite	14
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES DA PROPOSTA.....	15
Artigo 27.º	15
Proposta.....	15
Artigo 28.º	15
Documentos da proposta	15
Artigo 29.º	17
Propostas variantes.....	17
Artigo 30.º	17
Fixação do prazo para apresentação das propostas	17
Artigo 31.º	18
Prazo da obrigação da manutenção das propostas.....	18
Artigo 32.º	18
Análise, esclarecimentos e exclusão das propostas.....	18
Artigo 33.º	18
Leilão eletrónico	18
Artigo 34.º	18
Negociação	18
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO	19
Artigo 35.º	19
Critério de adjudicação.....	19

Artigo 36.º	19
Critério de desempate	19
Artigo 37.º	19
Dever de adjudicação	19
Artigo 38.º	20
Adjudicação em caso de agrupamento	20
Artigo 39.º	20
Notificação da decisão de adjudicação.....	20
Artigo 40.º	20
Documentos de habilitação.....	20
Artigo 41.º	21
Caução.....	21
Artigo 42.º	22
Redução do contrato a escrito	22
Artigo 43.º	22
Outorga do contrato	22
Artigo 44.º	22
Não outorga do contrato	22
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	23
Artigo 45.º	23
Encargos gerais	23
Artigo 46.º	23
Contagem dos prazos.....	23
Artigo 47.º	24
Falsidade dos documentos e de declarações.....	24
Artigo 48.º	24
Prevalência	24
Artigo 49.º	24
Legislação subsidiária	24
Artigo 50.º	24
Foro competente	24

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação do Concurso

1. O objeto do contrato a celebrar na sequência do presente Concurso Limitado por prévia qualificação com publicidade internacional (doravante CLPQ) consiste na prestação de serviços de limpeza no Campus de Caparica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, adiante designada por NOVA FCT.
2. Os serviços a prestar terão obrigatoriamente de estar de acordo com as especificações técnicas definidas no Caderno de Encargos e respetivos anexos.
3. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Regulamento (CE) n.º 213/2008), com o Código (CPV): 90910000-9 (Serviços de Limpeza).
4. Para formação do contrato a celebrar adotou-se o procedimento pré-contratual do Concurso Limitado por Prévia Qualificação com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, atento ao preceituado na alínea d) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambas do artigo 16.º, do estatuído no artigo 18.º e do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do CCP.
5. Para tramitação do presente procedimento observou-se as normas legais estatuídas do artigo 162.º ao artigo 192.º do CCP.
6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, e nos termos do artigo 162.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Concurso Limitado por Prévia Qualificação com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia rege-se, com as necessárias adaptações, pelas disposições aplicáveis ao concurso público, em tudo o que não se encontre especialmente regulado.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia, unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa, pessoa coletiva n.º 501559094, sita no *Campus* de Caparica – Quinta da Torre; 2829-516 Caparica, Portugal, com o telefone n.º 21 294 83577 e endereço de correio eletrónico gab.cpp.c@fct.unl.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em 15/05/2025 pelo Órgão de Direção da Universidade Nova de Lisboa, no uso de competência delegada, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 24.º dos Estatutos da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 4.º

Fases do Concurso

O presente concurso compreende as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos, que consubstancia a fase pública do procedimento, destinada a verificar quais os candidatos que preenchem os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira, culminando com a decisão de qualificação e consequente envio de convite à apresentação de propostas aos candidatos qualificados;
- b) Apresentação e análise das propostas e adjudicação, que consubstancia a fase de participação limitada do procedimento, destinada a escolher o adjudicatário, exclusivamente, de entre os candidatos qualificados.

Artigo 5.º

Tipo de peças

As peças que constituem o presente procedimento de formação de contrato são: o Anúncio, o Programa do Procedimento, o Convite à Apresentação de Propostas e o Caderno de Encargos, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP.

Artigo 6.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser solicitados e devem ser prestados nas fases referidas no artigo 163.º do CCP, sendo aplicável, com as necessárias adaptações o disposto nos artigos 166.º e 50.º dos ambos no diploma legal em apreço.
2. O disposto no número anterior é aplicável à retificação de erros ou omissões das peças do concurso.
3. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e/ou propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no

mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

4. Para os efeitos consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
5. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
6. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
7. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e/ou propostas, ou até ao prazo fixado:
 - a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
8. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
9. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo entrega, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
10. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às

peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

11. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Candidatos

É candidato a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa na fase de qualificação de um Concurso Limitado por Prévia Qualificação, mediante a apresentação de uma candidatura.

Artigo 8.º

Concorrentes

É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

Artigo 9.º

Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto nos artigos anteriores, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de solidariedade.
5. Os membros do agrupamento adjudicatário devem igualmente subscrever as declarações de nomeação de chefe do consórcio ao abrigo do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante quaisquer quantias que devem ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

Artigo 10.º

Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações de impedimento referidas disposto no artigo 55.º do CCP, salvo relevação dos impedimentos previsto no artigo 55º - A do CCP.

Artigo 11.º

Consulta do processo de concurso e condições de participação

1. Nos termos do disposto no artigo 133º do CCP as peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação Acingov, no seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
2. As peças do procedimento estarão disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo fixado para a apresentação das candidaturas, podendo ser examinadas, das 10h às 12h e das 14h às 16 horas no Gabinete de Contratação Pública e Património da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa: *Campus* de Caparica – Quinta da Torre; 2829-516 Caparica, Portugal, com o telefone n.º 21 294 83577 e endereço de correio eletrónico gab.cpp.c@fct.unl.pt.
3. Para aceder à plataforma eletrónica Acingov, o concorrente deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>. Para mais informações, ou dificuldades no uso da plataforma, deverá ser consultado o Serviço de Gestão de Clientes, na mesma, através do número 707 451 451, nos dias úteis das 9h às 19h ou via e-mail para apoio@acingov.pt.

Artigo 12.º

Modo de apresentação de documentos

1. Os documentos que constituem as candidaturas e/ou as propostas são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada pela Entidade Adjudicante, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Ao abrigo do normativo legal supra identificado e do estatuído na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua atual redação, a apresentação e a receção os documentos que constituem as candidaturas e/ou as propostas são assinados com recurso à utilização de certificados de assinatura eletrónica digital qualificada, em momento ulterior à sua submissão.

3. Todos os documentos devem ser assinados individualmente com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios do concorrente ou dos seus representantes legais.
4. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
5. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidade terceira, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
6. Nos casos, em que, os certificados utilizados ou a assinatura digital qualificada não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, como é o caso, por exemplo, do cartão de cidadão, deve o concorrente submeter na plataforma eletrónica documento indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
7. Quando a candidatura e a proposta e respetivos documentos que a constituem sejam apresentados por um agrupamento concorrente, devem estes ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os membros ou respetivos representantes legais.
8. Quando algum documento se encontre disponível na Internet, o candidato e/ou concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
9. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao candidato/concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1.

Artigo 13.º

Classificação de documentos

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, nos termos do artigo 66.º, por remissão do artigo 176.º-A, ambos do CCP, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada.

Artigo 14.º

Idioma

1. Nos termos conjugados do preceituado no artigo 58.º e do estatuído no artigo 169.º ambos do CCP, e do observado na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, os documentos que constituem as candidaturas, as propostas e os demais documentos que compõem o procedimento são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 15.º

Júri

1. O procedimento é conduzido por um júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
2. O júri do procedimento inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.

CAPÍTULO II | DISPOSIÇÕES DA QUALIFICAÇÃO

Artigo 16.º

Modelo de qualificação

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 179.º do CCP, o sistema de seleção assenta no modelo simples de qualificação, em que, são qualificados todos os candidatos que preenchem os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

Artigo 17.º

Requisitos mínimos de capacidade técnica

Os candidatos devem preencher, cumulativamente, os requisitos mínimos de capacidade técnica infra discriminados, a saber:

- a) Comprovativo(s) do(s) certificado(s):
 - i) NP EN ISO 9001:2015 Sistema de Gestão da Qualidade ou equivalente;
 - ii) NP EN ISO 14001:2015 Sistema de Gestão Ambiental ou equivalente.
- b) Experiência comprovada em prestação de serviços de limpeza em instalações de ensino superior - Ter no mínimo 5 (cinco) instalações de instituições de ensino superior sob sua gestão direta no que concerne à prestação de serviços de limpeza, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, que no total sejam frequentadas por 5.000 alunos;
- c) Quadro de pessoal que demonstre capacidade para o cumprimento do disposto na cláusula 23.^a do caderno de encargos.

Artigo 18.º

Requisitos mínimos de capacidade financeira

1. Nos termos conjugados do preceituado no n.º 4 do artigo 164.º e no n.º 3 do artigo 165.º ambos do CCP, consubstanciam os requisitos mínimos de capacidade financeira do presente procedimento, o valor médio do volume de negócios relativos aos últimos 3 (três) exercícios concluídos, devendo este, ser no mínimo, igual ou superior, a metade do preço base do procedimento em apreço.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que equivale ao preenchimento do requisito mínimo de capacidade financeira a apresentação de declaração bancária conforme modelo constante do Anexo VI ao CCP, o qual faz parte integrante do presente Programa de Procedimento, ou, no caso de o candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.

Artigo 19.º

Documentos destinados à qualificação dos candidatos

Os documentos destinados à qualificação dos candidatos, sob pena de exclusão, são:

- a) Documento(s) comprovativo(s) da titularidade das certificações referidas na alínea a) do artigo 17.º do presente Programa de Procedimento;
- b) Declaração (s) emitida (s) pela (s) entidade(s) clientes que, ateste a experiência detida pelo candidato, cujo teor, reproduza de forma clara e inequívoca, os requisitos mínimos definidos na alínea b) da Cláusula 17.º do presente Programa de Procedimento;

- c) Declaração emitida pelo candidato, sob compromisso de honra, que dispõe do número de recursos exigidos na matriz espelhada na cláusula 23.^a do caderno de encargos;
- d) Documento(s) passível de aferência da informação previsto no campo "A 5001 da declaração da anual de Informação Empresarial Simplificada (IES), dos 3 (três) últimos exercícios concluídos (2021 a 2023).

Artigo 20.º

Documentos da candidatura

1. A candidatura é constituída pelos documentos destinados à qualificação dos candidatos, referidos no artigo anterior, e pelo Documento Europeu Único de Contratação Pública nos procedimentos com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.
2. A declaração referida no número anterior deve ser assinada pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
3. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento candidato, a declaração referida no n.º 1 da presente Cláusula, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao respetivo documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

Artigo 21.º

Fixação do prazo para apresentação das candidaturas

Nos termos e para os efeitos do estatuído no n.º 1 do artigo 174.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação das candidaturas é 23H59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do 30.º (trigésimo) dia, a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações da União Europeia.

Artigo 22.º

Análise e esclarecimentos sobre os documentos destinados à qualificação dos candidatos

1. O júri do concurso analisa as candidaturas para efeitos da qualificação dos respetivos candidatos.

2. O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira referidos é comprovado pela avaliação dos elementos constantes dos documentos destinados à qualificação dos candidatos.
3. Nos termos do disposto no artigo 183.º do CCP, o júri do procedimento pode pedir aos candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação que considere necessários para efeitos da análise das candidaturas, os quais fazem parte integrante destas.

Artigo 23.º

Relatório preliminar da fase da qualificação

Ao abrigo do disposto no artigo 184.º do CCP, e após a análise das candidaturas e a aplicação do critério de qualificação definido, o júri elabora, de forma fundamentada, o relatório preliminar, no qual deve propor, nomeadamente, a qualificação dos candidatos que preencham os requisitos mínimos exigidos de capacidade técnica e financeira, bem como, se aplicável, a exclusão das candidaturas que não cumpram tais requisitos, fazendo igualmente referência aos esclarecimentos prestados pelos candidatos.

Artigo 24.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias, para que, querendo, se pronunciem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 25.º

Relatório final da fase da qualificação

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 186.º do CCP.

Artigo 26.º

Notificação da decisão de qualificação e envio de convite

1. Nos termos do estatuído no artigo 187.º do CCP, a decisão de qualificação e a notificação dos candidatos, acompanhada do relatório final da fase de qualificação, é tomada no prazo máximo de 44 (quarenta e quatro) dias, após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

2. Juntamente com a decisão de qualificação os candidatos são notificados, para a apresentação no prazo máximo de 5 (cinco) dias, do seguinte acervo:

- a) Documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos mínimos da capacidade técnica e financeira exigidos no Programa do Procedimento, sempre que se revele necessário e tais requisitos tenham apenas sido declarados mediante a apresentação da declaração conforme modelo constante no Anexo VI do CCP;
- b) Confirmar no prazo fixado para o efeito, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos aos requisitos referidos na alínea anterior.

3. Cumprido o disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada e envia aos candidatos qualificados, em simultâneo, um convite para a apresentação de propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 189.º do CCP.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES DA PROPOSTA

Artigo 27.º

Proposta

A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

Artigo 28.º

Documentos da proposta

1. A proposta a apresentar deverá, observando o disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser apresentado, devidamente preenchido, nos termos do artigo 57.º, n.º 6, do Código dos Contratos Públicos (CCP), em conformidade com as orientações constantes do Anexo I ao presente programa. Este documento deverá ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão permanente da empresa, caso o concorrente tenha esta forma, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

c) Declaração contendo a identificação da pessoa que detém os poderes necessários para representar a Empresa/Instituição no âmbito da relação contratual, incluindo o nome completo, número de identificação civil e respetiva data de validade. A presente declaração inclui também a morada para efeitos de comunicações escritas, o endereço eletrónico a ser utilizado para todas as comunicações contratuais, bem como os respetivos contactos telefónicos;

d) Documento que contenha o Código de Registo Central do Beneficiário Efetivo, conforme exigido na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo - <https://rcbe.justica.gov.pt/>;

e) Documento que contenha o preço total proposto com indicação expressa da não inclusão do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar. O preço da proposta deverá ser indicado em algarismos e por extenso e mencionar expressamente que aos preços apresentados acresce IVA, se for o caso, conforme modelo constante no **Anexo II**.

f) O concorrente deve apresentar, como parte integrante da sua proposta a lista de preços unitários detalhados, conforme modelo constante no Anexo XII.

g) Declaração do concorrente de cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), conforme modelo constante no **Anexo III**.

h) Documento (assinado pelo concorrente ou seus representantes) que contenha:

- i) Condições gerais e particulares da proposta;
- ii) Lista dos equipamentos a utilizar e respetivas características;
- iii) Lista dos produtos que se propõem utilizar, as suas características técnicas e respetivas fichas de dados de segurança, no caso de produtos considerados perigosos;
- iv) Indicação do número diário de trabalhadores a utilizar e respetivas categorias;

2. O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.

3. A proposta deverá incluir todos os valores afetos à prestação de serviços, pelo que não serão aceites quaisquer encargos extra não contemplados na proposta.

4. Toda a proposta deve ser assinada digitalmente pelo concorrente ou seus representantes.

5. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser, sob pena de exclusão:

a) Assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum mandatado para praticar todos os atos no âmbito do procedimento;

- b) Acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do procedimento;
- c) Acompanhada de documento que indique os preços parciais dos trabalhos de cada um dos seus membros, nos termos do disposto no artigo 60.º, n.º 5 do CCP.

6. Serão excluídas ainda, as propostas cuja a análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71º do CCP;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, **designadamente que implique a violação do Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o setor;**
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 29.º

Propostas variantes

Ao abrigo do preceituado no artigo 59.º do CCP, não é permitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 30.º

Fixação do prazo para apresentação das propostas

Nos termos e para os efeitos do estatuído no n.º 1 do artigo 191.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas é 23H59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do 25.º (vigésimo quinto), a contar da data do envio do Convite.

Artigo 31.º

Prazo da obrigação da manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 32.º

Análise, esclarecimentos e exclusão das propostas

1. As propostas são analisadas quanto à conformidade com os termos e condições fixados nas peças do procedimento e com o critério de adjudicação definido.
2. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
3. São excluídas as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas nos artigos 70.º e 146.º do CCP.
4. No caso em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP e cujo preço não exceda em mais de 20/prct. o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação.

Artigo 33.º

Leilão eletrónico

Não haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 34.º

Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Artigo 35.º

Critério de adjudicação

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelo fator preço mais reduzido.

Artigo 36.º

Critério de desempate

1. No caso de a avaliação das propostas terminar empatada, estão definidos os seguintes critérios de desempate, sendo adjudicada a proposta em que se verifique o critério mencionado pela ordem abaixo indicada:

- a) 1º A proposta que apresente o mais baixo preço unitário do item valor hora do trabalhador(a) de limpeza – piquetes;
- b) 2º Caso o empate subsista, a proposta que apresente o valor hora do trabalhador(a) de limpeza;
- c) 3º Caso o empate subsista, a proposta que o menor preço de fornecimento de sacos amarelos de 120 litros.
- d) 4º Caso o empate subsista, será adotado o método de sorteio de propostas nos termos previstos nos números seguintes, em data e hora a definir pela NOVA FCT.

2. Serão convidados a assistir ao sorteio, a realizar nas instalações da NOVA FCT, todos os concorrentes. Na impossibilidade de comparência de algum dos concorrentes, ou na eventualidade do sorteio não poder ser realizado presencialmente, por factos não imputáveis à NOVA FCT, será enviado endereço URL para realização do ato à distância, através de plataforma utilizada pela NOVA FCT.

Artigo 37.º

Dever de adjudicação

A NOVA FCT deverá tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção de propostas.

Artigo 38.º

Adjudicação em caso de agrupamento

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Artigo 39.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a NOVA FCT notifica o Adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte.

Artigo 40.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa do concurso.
 - b) Seguintes documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no artigo 83.º-A do CCP:
 - i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - iii) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

iv) Certificado de registo criminal da empresa;

v) Certidão permanente da empresa - ou disponibilização do código de acesso para a consulta online - com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

2. O Adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa. Poderá ainda o Adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.

3. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, quando pela sua natureza ou origem, estejam redigidos numa outra língua.

4. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 3 (três) dias úteis para a respetiva supressão.

Artigo 41.º

Caução

1. À prestação da caução é aplicável as disposições previstas do artigo 88.º ao 91.º do CCP.

2. A caução referida no número anterior pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou ainda mediante garantia bancária autónoma e irrevogável e à primeira solicitação ou por seguro-caução equivalente, conforme escolha do adjudicatário.

3. Se o adjudicatário optar pelo depósito em dinheiro, este deve ser efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, conforme modelo constante do **Anexo V**.

4. Quando o depósito for efetuado em títulos, deve ser efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, e devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a media da cotação na Euronext Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% (noventa por cento) dessa media, conforme modelo constante do **Anexo VI**.

5. Se o adjudicatário optar por prestar a caução mediante garantia bancária, esta deverá seguir o modelo constante do **Anexo VII**.

6. Se o adjudicatário optar pelo seguro-caução, então este deverá seguir o modelo constante do **Anexo VIII**, e o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade Programa de Concurso legalmente autorizada a

realizar esse seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante.

7. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

8. Todas as despesas derivadas da prestação da caução ou do seguro da execução do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 42.º

Redução do contrato a escrito

1. O contrato é obrigatoriamente reduzido a escrito, atento ao preceituado no n.1.º do artigo 94.º do CCP.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da Entidade Adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.
3. Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
4. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 43.º

Outorga do contrato

A outorga do contrato rege-se pelo disposto no artigo 104.º do CCP.

Artigo 44.º

Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca nos seguintes casos:
 - a) Se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato;
 - b) Se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;

c) Se, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.

2. Nos casos previstos no número anterior, o Adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, se aplicável.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45.º

Encargos gerais

No âmbito do presente procedimento constituem encargos para o Adjudicatário:

- a) O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato nos territórios do país ou países do fornecedor, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte;
- b) A obtenção de quaisquer autorizações e o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor no âmbito do contrato;
- c) A realização de todas as diligências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e de importação exigidas pelos países envolvidos na execução do contrato e a esta respeitantes, bem como o pagamento das taxas ou demais encargos a que houver lugar;
- d) O pagamento de quaisquer despesas resultantes da prestação das cauções previstas nos artigos 88.º a 91.º e 292.º do CCP.

Artigo 46.º

Contagem dos prazos

Os prazos estabelecidos no presente programa do concurso contam-se nos termos do artigo 470.º do CCP.

Artigo 47.º

Falsidade dos documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos do procedimento penal, a falsificação de documentos ou prestação culposa de falsas declarações em propostas ou candidatura determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 48.º

Prevalência

Nos termos do n.º 6 do artigo 132.º do CCP, as normas do presente programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes e, nos termos do artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do Concurso com elas desconformes.

Artigo 49.º

Legislação subsidiária

1. Em tudo quanto não estiver expressamente regulado no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o preceituado no Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 janeiro, na sua atual redação e em Lei especial.
2. Em tudo quanto não estiver regulado no CCP ou em Lei especial, ou não resultar da aplicação dos princípios gerais de direito administrativo, é subsidiariamente aplicável à execução dos contratos administrativos, com as necessárias adaptações, o direito civil.

Artigo 50.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.